



COLOQUIO INTERNACIONAL
DE GESTIÓN UNIVERSITARIA
URUGUAY 2024

Una nueva gestión para una Universidad en Movimiento

Montevideo, Uruguay

02, 03 y 04 de octubre de 2024



ASPECTOS SOBRE A MODALIDADE DE ENSINO À DISTÂNCIA NO BRASIL (2007-2022)

CLAUDIO MARCOS MACIEL DA SILVA ARÊAS

FACC/UFRJ

claudiomaciel@facc.ufrj.br

ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA

FACC/UFRJ

antoniojose@facc.ufrj.br

FABIO FRANCISCO DE ARAÚJO

FACC/UFRJ

fabioaraujo@facc.ufrj.br

RESUMO

O ensino superior no Brasil apresentou um grande crescimento nos últimos 15 anos, sendo em grande parte creditada a consolidação da modalidade do ensino à distância. Devido à desregulamentação e simplificação das regras da modalidade aliado ao surgimento dos grandes grupos educacionais no ensino superior, o número de alunos matriculados nesta modalidade é superior aos matriculados no ensino presencial. O objetivo deste artigo é de debater questões sobre a modalidade de ensino à distância praticada no Brasil, de forma a compartilhar sugestões de aperfeiçoamento da modalidade, que pela grande adesão nos últimos anos pode ser considerado um caso de sucesso. Para isto serão discutidos temas como a organização do ensino à distância, o papel das metodologias ativas e da tecnologia educacional, a concentração de mercado dos grandes grupos educacionais e a concorrência no setor privado.

Palavras-Chave: Ensino superior no Brasil; Educação a Distância; Grupos Educacionais.

1- INTRODUÇÃO

No último Censo da Educação Superior no Brasil, divulgado em 2023, sobre os dados de 2022, apresenta uma consolidação do Ensino à Distância (EAD) como modalidade de ensino. Dentre os atuais 9,5 milhões de alunos matriculados, 4,3 milhões são de alunos no Ensino à Distância. Quando ao número de ingressantes, o número de alunos de EAD é quase o dobro do que os que escolheram a modalidade de ensino presencial (Censo da Educação Superior, 2023).

Uma vez consolidada a fase de acesso ao ensino superior nos últimos 15 anos, algumas consequências tornaram-se visíveis. Trata-se de um modelo concentrado não apenas na educação privada, gerenciada em grande parte por grandes grupos educacionais privados. Além disso, houve uma mudança de empregabilidade do docente no setor privado, com redução de salários e perda de postos e trabalho.

Por outro lado, o ensino à distância proporcionou o acesso ao estudo não apenas em regiões mais afastadas das grandes cidades, mas como os que moram nas metrópoles. Estes que, em virtude da violência urbana, ficam impossibilitados de estudarem na modalidade presencial à noite.

O objetivo deste artigo é de debater questões sobre a modalidade de ensino à distância praticada no Brasil, de forma a compartilhar sugestões de aperfeiçoamento da modalidade, que pela grande adesão nos últimos anos pode ser considerado um caso de sucesso.

A primeira parte deste estudo apresenta indicadores e características do ensino à distância no Brasil. Posteriormente, a discussão de como as metodologias ativas e a tecnologia educacional são operacionalizadas nas IES. O tópico a seguir mostra como a concorrência via preço afetou a estrutura do ensino superior brasileiro. Por fim, são apresentadas alternativas de aperfeiçoamento do ensino à distância para serem debatidas e testadas em estudos futuros.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORGANIZAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA (EAD) NO BRASIL

O Ensino à distância (EAD) no Brasil apresentou um enorme crescimento nas últimas duas décadas. Este fenômeno é creditado a flexibilização da legislação acerca da modalidade de ensino no país que permitiu a abertura de novos cursos, bem como a opção de oferta de disciplinas à distância nos cursos presenciais em até 20% da carga horária. Além disso, o investimento dos grandes grupos educacionais privados em plataformas educacionais permitiu absorver grande número de alunos, obtendo assim economia de escala.

Apesar de prevista na Lei de Diretrizes e Bases em 1996, a modalidade EAD só foi detalhada em termos de condições de oferta, regulação, supervisão e avaliação por meio dos Decretos 5622/05, 5773/06 e 6303/07. Estas normas permitiram a atuação de tutores no ensino à distância de forma a auxiliar o trabalho docente na operacionalização das unidades curriculares. No entanto, foi estabelecido que as provas deveriam ser realizadas no formato presencial, ainda que sendo um curso à distância.

No entanto, 21 graduações ainda estão proibidas de ofertar a modalidade à distância, em boa parte justificada pela atuação política dos conselhos de classe profissionais que atuam no país. Dentre estes cursos destacam-se Medicina, Direito, Medicina Veterinária, Psicologia e alguns cursos de Engenharia.

Mesmo com tais restrições de cursos, observamos na Tabela 1, um crescimento exponencial nos primeiros cinco anos (2007-2012) após a publicação destes decretos. Enquanto nas IES públicas o EAD representou 9,57% no total matriculados, nas IES privadas o percentual foi de 18,14%.

Neste período, o governo brasileiro ampliou as vagas e o acesso do ensino presencial na ampliação no ensino superior público (REUNI), no custeio dos estudos em universidades privadas aos mais pobres (Prouni) e na oferta linhas de financiamento a juros baixos para que os alunos cursem o ensino presencial (FIES).

Tais medidas incentivaram o acesso ao ensino presencial, mas não impediram também o crescimento da modalidade EAD. Esa modalidade não parou de crescer, em função do preço baixo ofertado pelas IES privadas que absorveu também parte da enorme demanda reprimida ao acesso ao ensino superior. Contudo, o avanço na participação do número total de matrículas, foi mais contida, passando de 18,14% para 25,50% no período 2012-2017.

Ainda de acordo com as informações contidas na Tabela 1, verifica-se uma nova fase de expressivo crescimento da modalidade EAD nos últimos cinco anos. A flexibilização da legislação do EAD, por meio do Decreto 9057/17, facilitou a otimização dos polos de ensino à distância. Estes estariam autorizados a atender a mais de uma IES no mesmo espaço físico. Este decreto permitiu também a ampliação do percentual de disciplinas virtuais de 20% para 40% nos cursos presenciais. Tais medidas, aliadas com o período de pandemia proporcionada pelo coronavírus causador da Covid 19, justificaram uma nova fase de ampliação do EAD via substituição do ensino presencial.

Cabe destacar, também de acordo com a Tabela 1, que mais de 95% dos alunos matriculados na modalidade EAD estudam em IES privadas, em grande parte controlada pelos grandes grupos educacionais.

Tabela 1 – Número de Matriculados por modalidade (2007-2022)

Ano	Pública				Privada			
	Presencial	EAD	TOTAL	% EAD/TOTAL	Presencial	EAD	TOTAL	% EAD/TOTAL
2007	1.240.968	461	1.241.429	0,04%	3.639.413	4.374	3.643.787	0,12%
2012	1.715.752	181.624	1.897.376	9,57%	4.208.086	932.226	5.140.312	18,14%
2017	1.879.784	165.572	2.045.356	8,10%	4.649.897	1.591.410	6.241.307	25,50%
2022	1.894.260	182.257	2.076.517	8,78%	3.218.403	4.148.677	7.367.080	56,31%

Fonte: Censo da Educação Superior (2023)

2.2 O PAPEL DAS METODOLOGIAS ATIVAS E DA TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Alinhado com a proposta de que grande parte do tempo de estudo no ensino à distância dependerá da disciplina, e principalmente, do tempo disponível para estudo por parte do aluno, as metodologias ativas se encaixam nas diferentes propostas pedagógicas dos cursos EAD. Tais metodologias são voltadas para o protagonismo do aluno, sendo o professor um importante mediador no processo de ensino-aprendizagem.

Mattar (2021) destaca que as metodologias ativas mais citadas em publicações sobre o tema são a sala de aula invertida e da aprendizagem baseada em problemas. A sala de aula invertida prevê um estudo prévio sobre o tema, para posteriormente resolver os exercícios apresentados na aula virtual, sob a mediação de um professor ou tutor. Por sua vez, a Aprendizagem Baseada em Problemas (*Problem Based Learning*) está pautada também na

apresentação de problemas propostos na sala de aula virtual para serem discutidos e resolvidos pelos discentes. (Martins et. al. ,2018).

Outras metodologias também são aplicadas no Ensino à Distância como o Método de estudo de casos. Nesta metodologia, são apresentados casos que envolvam situações hipotéticas no ambiente profissional, para que o debate em grupos aponte saídas ou soluções (Rodrigues & Lemos, 2019). Mais do que encontrar uma resposta correta, o método de estudo de caso serve para detectar o domínio de diferentes conceitos desenvolvidos pelos discentes para debater o tema.

Apesar das novas metodologias incentivar a autonomia e protagonismo dos alunos, é necessário que estas sejam conduzidas tanto por docentes, quanto tutores. Azevedo (2019, p.6) pondera que “o distanciamento físico não pode estar associado ao distanciamento intelectual e a autonomia de aprendizagem não pode ser confundida com o autodidatismo”.

Para que o Ensino a Distância (EAD) seja operacionalizado com sucesso, as tecnologias educacionais precisam ser eficientes de forma a assegurar o acesso aos conteúdos postados na plataforma educacional em qualquer dia e horário. No entanto, o alto investimento em tecnologia é um enorme desafio para instituições de ensino privadas de pequeno porte.

Durante o período de expansão do ensino a distância, pode-se observar algumas fases no uso da tecnologia educacional. A primeira fase consiste na obtenção de um ambiente virtual de aprendizagem que seja, ao mesmo tempo, de fácil acesso para o corpo discente, assim como suporte a entrada de milhares de alunos ao mesmo tempo.

Nesta fase, as IES alguns grandes grupos educacionais privados também ofertavam aulas síncronas à distância como diferencial. No entanto, como o custo do uso da internet era alto para o acesso do discente de sua residência, as IES disponibilizavam as suas unidades presenciais ou polos como espaço de convivência.

Com a facilidade de acesso aos vídeos por meio dos aparelhos celulares, aliado com uma internet mais eficiente, uma segunda fase surgiu no ensino à distância, com a combinação de recursos áudio visuais com os conteúdos postados no ambiente virtual. As aulas online passaram a ser gravadas com um tempo menor de uma aula tradicional, de forma a atender às necessidades dos discentes de poderem assistir por meio de um celular ou um tablet no transporte para casa, como exemplo.

No período da pandemia da Covid-19, uma nova fase surgiu no uso das tecnologias educacionais. O uso das teleconferências (como o ZOOM, Google Meet, Microsoft Teams) era a solução para implementação do ensino remoto emergencial em substituição ao ensino presencial. Porém, várias IES passaram a incorporar esse recurso como uma nova modalidade (denominada live), diferenciada do ensino presencial e do EAD tradicional. Cabe destacar que o MEC não reconhece essa nova modalidade como diferenciada do Ensino à Distância.

3- METODOLOGIA

Trata-se de um estudo documental tendo como as principais fontes o Censo da Educação Superior e os Relatórios de Gestão dos principais grupos educacionais no Brasil. A coleta de dados se fez durante o período correspondido entre 2007 e 2022, caracterizado pelo surgimento dos primeiros grupos educacionais no modelo EAD e a consolidação do setor após o período de pandemia da Covid-19.

Com relação aos grupos educacionais, os relatórios de gestão utilizados na pesquisa foram os disponibilizados pelas empresas educacionais em sua Central de Resultados: informações trimestrais, formulários de referências, release de resultados.

Após a coleta dos dados encontrados, foram estabelecidos três anos de corte para análise: 2012 (resultante das ações no período 2007-2012), 2017 (período 2013-2017) e 2022 (período 2018-2022). Estes pontos de corte serviram para facilitar a leitura das análises do período.

Também de forma a contextualizar a análise, apresentaremos a seguir as principais IES controladas pelos grupos educacionais:

YDUQS – Estácio, IBMEC, UniRadial, Uniseb.

COGNA – Anhanguera, Pitágoras, UNOPAR, Uniderp.

VITRU - UniCesumar e Uniasselvi.

4- DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 CONCENTRAÇÃO DOS GRANDES GRUPOS EDUCACIONAIS

Dos Reis et.al. (2017) aponta que durante o período correspondido entre 2000 e 2017 ocorreram mais de duas centenas de fusões e aquisições no setor de educação superior. Gambirage et.al. (2018) ao estudar os resultados financeiros de uma IES após o processo de aquisição assinala esta estratégia gera benefícios econômicos alinhados com a literatura sobre o tema.

Bênia (2020) também assinala que as fusões e aquisições facilitaram para os grupos educacionais terem acesso em grande escala aos programas de financiamento público como o Prouni e o FIES. Nestes programas, o risco de inadimplência era baixo em função da contrapartida do governo em custear as mensalidades. Discute-se então o paradoxo de um programa que permitiu o acesso de milhões de pessoas o acesso ao ensino superior, também financiar a concentração deste setor.

Ao observar a tabela 2, apenas os dois maiores grupos educacionais respondiam por 30,74% dos alunos matriculados na modalidade EAD em 2012 e 37,29% em 2017. Com o surgimento do grupo Vitru, resultante de fusões e aquisições, esta concentração aumentou para 42,23%.

Tabela 2 – Número de Matriculados por modalidade nos grupos educacionais 2012-2022 (em milhares)

Cursos	2012			2017			2022		
	Presencial	EAD	TOTAL	Presencial	EAD	TOTAL	Presencial	EAD	TOTAL
GRUPO COGNA	130,90	240,5	371,4	375,4	465,8	841,2	325,0	572,0	897,0
GRUPO YDUQS	201,2	46,1	247,3	314,1	127,6	441,7	265,1	429,8	694,9
GRUPO VITRU	*	*	*	*	*	*	18,4	750,0	768,4
SOMA	332,1	286,6	618,7	689,5	593,4	1.282,9	608,5	1.751,8	2.360,3
TOTAL PRIVADAS	4.208,1	932,2	5.140,3	4.649,8	1.591,4	6.241,2	3.218,4	4.148,6	7.367,0
% BRASIL	7,89%	30,74%	12,04%	14,83%	37,29%	20,56%	18,91%	42,23%	32,04%

Fonte: Autores (2023)

*Constituído em 2020

A economia de escala favoreceu também a redução do custo docente. Tendo como práticas o aumento de número de turmas e a substituição por tutores nas tarefas pertinentes do

EAD impactou na remuneração e na empregabilidade do corpo docente nas IES privadas. Na apresentação do Censo da Ensino Superior (2023, p.53) é apresentada uma tabela de uma IES com 669.275 alunos (99% matriculados no EAD) com apenas 258 docentes, enquanto outra com 363.958 alunos (35% matriculados no EAD) com 3.877 docentes.

4.2 CONCORRÊNCIA NO SETOR PRIVADO VIA REDUÇÃO DE PREÇOS

O rápido crescimento do ensino à distância proporcionou um aumento considerável na concorrência que atingiu a disputa com a modalidade presencial. A partir de 2017, com o aumento da oferta de disciplinas à distância em cursos presenciais para 40%, a relação custo-benefício para o discente em IES privada passou a ser alto para optar pelo presencial.

Os cursos de graduação de curta duração foram praticamente suprimidos do modelo presencial nas IES privadas, sendo ofertadas apenas no EAD. No ranking divulgado no Censo da Educação Superior (2023) dos maiores cursos EAD em termos de número de matriculados, três são cursos tecnólogos: Gestão de Pessoas, Logística e Marketing.

Ainda com os dados do Censo da Educação Superior (2023) podemos observar uma enorme queda dos cursos presenciais nos maiores cursos do Brasil e um rápido crescimento no número de matrículas entre 2017 e 2022, conforma a Tabela 3. Observa-se que em um curto espaço de tempo, exceto no curso de Enfermagem, os matriculados na modalidade EAD aumentou quase que na mesma proporção da queda na modalidade presencial.

Tabela 3 – Número de Matriculados por modalidade (2017-2022)

Cursos	2017				2022			
	Presencial	EAD	TOTAL	% EAD/TOTAL	Presencial	EAD	TOTAL	% EAD/TOTAL
Pedagogia	284.230	430.115	714.345	60,21%	171.700	650.164	821.864	79,11%
Administração	481.768	200.787	682.555	29,42%	245.460	393.329	638.789	61,57%
Ciências Contábeis	244.840	117.202	362.042	32,37%	126.200	201.229	327.429	61,46%
Enfermagem	285.097	10.029	295.126	3,40%	284.389	173.579	457.968	37,90%

Fonte: Censo da Educação Superior (2023)

Além da concorrência entre modalidades, destaca-se também a concorrência entre as IES privadas, considerando a limitação de oferta por parte das IES públicas. A concentração dos grandes grupos educacionais proporciona condições para ofertar cursos com mensalidades mais competitivas.

Na tabela 4, verifica-se que os principais grupos educacionais privados praticam valores similares de mensalidades no mercado. No período de 2012 e 2022, com o aumento da concorrência, as mensalidades reduziram em termos reais, com uma queda mais acentuada no modelo de ensino EAD.

Tabela 4 – Ticket Médio dos Grupos Educacionais Privados (2012-2022)

Ano	Moeda	GRUPO COGNA		GRUPO YDUQS		GRUPO VITRU	
		Presencial	EAD	Presencial	EAD	Presencial	EAD
2012	Real/Dólar	R\$ 573,30	R\$ 225,10	R\$ 496,50	R\$ 192,20	*	*
		R\$ 2,04	R\$ 2,04	R\$ 2,04	R\$ 2,04	R\$ 2,04	R\$ 2,04
		\$ 280,63	\$ 110,19	\$ 243,04	\$ 94,08	*	*
2017	Real/Dólar	R\$ 875,90	R\$ 267,60	R\$ 742,30	R\$ 229,90	*	*
		R\$ 3,31	R\$ 3,31	R\$ 3,31	R\$ 3,31	R\$ 3,31	R\$ 3,31
		\$ 264,83	\$ 80,91	\$ 224,44	\$ 69,51	*	*
2022	Real/Dólar	R\$ 786,00	R\$ 194,00	R\$ 614,00	R\$ 195,00	*	R\$ 259,60
		R\$ 5,22	R\$ 5,22	R\$ 5,22	R\$ 5,22	R\$ 5,22	R\$ 5,22
		\$ 150,66	\$ 37,19	\$ 117,69	\$ 37,38	*	\$ 49,76

Fonte: Autores

*Constituído em 2020

Para poder praticar preços bem inferiores em termos reais do que há dez anos atrás os grandes grupos privados aumentaram suas escalas com a aquisição de novas IES, no aumento do número de alunos por turma e na intensificação na contratação de tutores em detrimento dos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, não há como negar o crescimento e consolidação da modalidade de Ensino à Distância no Brasil, ao considerarmos o crescimento do número de matriculados. No entanto este crescimento está restrito ao setor privado, que graças a criação de economias de escala proporcionam preços menores em relação à concorrência.

Existe uma grande oportunidade para as IES públicas ofertarem a modalidade EAD para boa parte de seus cursos. Com um enorme capital humano qualificado tanto entre docentes e servidores técnico-administrativos selecionados por concurso público, não seria uma tarefa custosa apostar na modalidade. Uma experiência de atuação das IES públicas na modalidade EAD é o Consórcio Cederj, que há mais de 20 anos oferta cursos de graduação à distância em um acordo de cooperação técnica que envolve 11 instituições de ensino públicas.

Outro ponto relevante é o monitoramento das condições de oferta praticadas por instituições de ensino que precarizam o trabalho docente. Turmas com enorme número de alunos por turmas, gravações antigas de aulas com conteúdo defasado e tutores desqualificados afetam diretamente a qualidade de ensino. A exigência de requisitos mais rígidos na renovação e autorização de novos cursos pode ser uma proposta de solução a curto prazo.

Tais exigências podem contemplar a exigência de uma titulação mais elevada para tutores, ou mesmo o incentivo na utilização de professores em tais atividades por meio dos instrumentos de avaliação de autorização ou renovação do reconhecimento de curso. A limitação do número de alunos por turma também deve ser uma exigência por parte dos órgãos reguladores.

Além disto deveria ser repensado o elevado percentual do uso de disciplinas online em cursos presenciais. A permissão de até 40% do uso de disciplinas desta modalidade, na prática

descaracterizou o ensino presencial, transformando-o em semipresencial ou um curso presencial com carga horária de aulas presenciais reduzidas.

Os exames de suficiência aplicados pelos conselhos profissionais de classe pode ser um dos indicadores de monitoramento da qualidade de ensino. No Brasil, apenas dois conselhos de classe aplicam tais exames como requisito de exercício profissional: Direito e Contabilidade. A ampliação destes exames para profissões com grande número de egressos de EAD como Administração e Enfermagem pode contribuir para a retenção de profissionais com baixa formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

DE MELO AZEVEDO, Érica. O papel do tutor-professor na EaD em nível superior: aspectos históricos e o reconhecimento legal. *EaD em foco*, v. 9, n. 1, 2019.

BÊNIA, Gerson Carvalho. O Surgimento de grandes grupos empresariais de educação superior e os efeitos sobre a qualidade do ensino. 2020.

Brasil, INEP, (2023). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2022*.

COGNA. Central de resultados. Disponível em <https://ri.cogna.com.br/servicos/arquivos/>. Acesso em 16 de junho de 2024.

DOS REIS, Edson Andrade et al. Fusões e aquisições no ensino superior à luz da teoria do crescimento da firma. *Navus: Revista de Gestão e Tecnologia*, v. 8, n. 4, p. 37-52, 2018.

GAMBIRAGE, Cinara et al. ECONOMIC PERFORMANCE OF PRIVATE HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS IN DISTANCE EDUCATION THROUGH MERGERS AND ACQUISITIONS. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, v. 10, n. 1, 2017..

MARTINS, Valéria F.; DE ALMEIDA SOUZA CONCILIO, Ilana; DE PAIVA GUIMARÃES, Marcelo. Problem based learning associated to the development of games for programming teaching. *Computer Applications in Engineering Education*, v. 26, n. 5, p. 1577-1589, 2018.

MATTAR, João. Metodologias Ativas em Educação a Distância: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, v. 2, n. Especial, 2021.

RODRIGUES, Karina Gomes; DE LEMOS, Guilherme Alves. Metodologias ativas em educação digital: possibilidades didáticas inovadoras na modalidade EAD. *Ensaio Pedagógicos*, v. 3, n. 3, p. 29-36, 2019.

VITRU. Central de Resultados. <https://investors.vitru.com.br/pt-br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/> Acesso em 16 de junho de 2024.

YDUQS. Central de resultados. Disponível em <https://www.yduqs.com.br/listresultados.aspx>. Acesso em 16 de junho de 2024.